

O CONCEITO DE REGIÃO NO ESTUDO DE ÁREAS RURAI¹

Danton Leonel de Camargo BINI²

Resumo: O conhecimento de uma atividade produtiva em uma região exige o estudo de todo seu circuito espacial de produção e da infraestrutura existente no espaço geográfico em rede dentro e fora da região em estudo. Fazendo a crítica histórica do uso do conceito de região, o trabalho apresenta uma proposta de metodologia para a pesquisa científica da região de Araçatuba, localizada no oeste do estado de São Paulo.

Palavras-chave: Região. Agrícola. Teoria. Metodologia.

Introdução

Os Estados Nacionais, independente de suas proporções territoriais, são divididos em localidades administrativas: destacam-se as províncias (ou estados) e os municípios como divisões características de todo

¹ O presente artigo é fragmento do debate realizado durante a confecção do capítulo teórico da dissertação de mestrado “Mudanças Históricas e Implicações Sócio-Espaciais na Composição das Atividades Agropecuárias Hegemônicas na Região de Araçatuba (SP)” junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). No mesmo formato, disponibilizado à Revista Economia & Pesquisa, foi apresentado no XI Encontro Internacional Humboldt em outubro de 2009.

² Geógrafo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e do Laboratório de Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN-USP). E-mail: danton@iea.sp.gov.br

Estado. Cada Estado-Nação é um conjunto de províncias. Cada província é um conjunto de municípios. Assim, podemos determinar a existência, para fins de gestão e planejamento, de escalas territoriais hierárquicas: numa escala menor temos o Estado Nacional, numa escala intermediária está a província e, numa escala maior, o município.

Essas divisões dos territórios nacionais são divisões políticas. São as ações políticas que hierarquizam as divisões territoriais: no modelo federalista, presente na maioria dos Estados Nações, as leis municipais não podem contradizer a lei estadual ou provinciana, nem as duas anteriores podem infringir a lei federal, que é suprema.

No atual período histórico em que vivemos, com a globalização e a universalização das relações entre os Estados Nacionais, impõe-se e negocia-se, de forma cada vez mais abrangente – em todos os setores da política – regras supranacionais. Dessa forma, a autonomia dos governantes dos Estados Nações é relativa.

Sobre essas transformações, Santos (2002, p. 270) diz que:

[...] através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso, são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local. [...] O mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes. É a grande novidade do nosso tempo, essa totalidade de uma produção não apenas concreta, mas, também, empírica. [...] A segunda totalidade é o território, um país e um Estado – uma formação socioespacial -, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. Mas a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo ainda se restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes. [...] O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contigüidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa.

A ONU (Organização das Nações Unidas), através de suas instâncias setoriais, constrói consensos normativos a serem seguidos pelos países integrantes da instituição. Como disse BINI (2002), a OMC (Organização Mundial do Comércio) é o órgão basilar da ONU nos ditames da atual política neoliberal no mundo. Segundo Carlos Munoz (1997, p.79),

[...] o eixo central da nova estratégia, implementada a partir de 1989, consiste essencialmente em passar toda a dinâmica econômica do Estado e a distribuição de renda como núcleo articulador do sistema para a iniciativa privada e para as forças do mercado.

Fica a serviço dos “Estados Mínimos” legitimar, regular e direcionar as atuações da iniciativa privada nos diversos setores da atividade produtiva³, nacionais e internacionais, quebrando os gargalos e refuncionalizando regiões e segmentos econômicos com os projetos de infraestrutura demandados pela produtividade e competitividade globais.

2 Fundamentação Teórica

A Geografia se oficializa enquanto ciência no século XIX, embasada teoricamente no positivismo. Junto ao marxismo,

[...] o paradigma clássico, em essência determinista e generalizante, guiou as pesquisas geográficas, tanto através da vertente positivista como da dialético-materialista. Ambas trouxeram avanços e problemas para a pesquisa regional (CASTRO, 1997, p. 57).

Com o positivismo, a escala regional se impôs como ponto de partida metodológico. A região era a base fundamental do método geográfico e todos os fenômenos podiam ser percebidos e explicados nessa escala. A

³ Vide no Brasil, com as privatizações das empresas estatais, a criação das Agências Reguladoras (ANATEL, ANEEL, ANTT, ANTAq e outras).

indução, que restringia a análise científica aos aspectos visíveis e sensitivos, circunscrevia todo trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos. Através de princípios como o da “individualidade” – onde cada lugar teria uma feição que lhe é própria e que não reproduz de modo igual em outro lugar – postulava-se que cada região da Terra se caracterizava como um conjunto de agrupamentos humanos autônomos e estáveis determinados pelas leis naturais⁴.

De acordo com Roberto Lobato Correa (1987), em reação ao determinismo ambiental, surge na França, no final do século XIX, e nos Estados Unidos, na década de 1920, outro paradigma da Geografia tradicional positivista: o possibilismo. A visão focalizada por essa escola se manifestava através da relação entre o ser humano e o meio natural, mas não considerando a natureza como determinante do comportamento das pessoas. A natureza foi considerada como fornecedora de possibilidades para que os seres humanos se modificassem, melhorando suas condições técnicas, sendo eles, neste caso, o principal agente geográfico.

Vidal de La Blache, com o conceito de gêneros de vida, foi quem melhor explanou as justificativas dessa corrente da Geografia nos estudos regionais. Mesmo considerando que os seres humanos poderiam exercer influências sobre o meio, La Blache defendia a existência da estabilidade das regiões e seu caráter autônomo. Para ele,

os gêneros de vida tem uma autonomia que se vincula a personalidade humana e a segue. Não apenas o beduíno e o felá apresentam compleição diferente, mas também o pastor valáquio e o cultivador búlgaro e, mesmo em nossa costa, o marinheiro e o camponês. A alma de um parece ser formada por um metal diferente da dos outros (BLACHE, 1954, p.136).

Conjuntos de técnicas, os gêneros de vida foram colocados como formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico. Por serem

⁴Contudo, com as colonizações iniciadas no século XV, a realidade ditada acima era relativa. Na América e na Ásia, os determinantes sócio-político-econômicos do colonialismo europeu já haviam quebrado a autonomia e estabilidade dos povos primitivos em parte considerável de suas regiões.

autônomos, refletiriam com fidelidade as propriedades do meio geográfico vivido: clima, solo, vegetação, relevo. Não seria possível separar a *descrição* de um tipo de exploração do solo no qual se equilibra uma cultura.

Desdobramento das formulações de La Blache, a Geografia Regional se oficializou como área de estudo da ciência geográfica. O conceito de região se legitimou como unidade de análise: a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. Escala de análise, unidade espacial, dotada de individualidade, em relação às suas áreas limítrofes. Assim, pela observação, seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região, localizá-la e traçar seus limites. Estes seriam dados pela ocorrência de traços diferenciadores, aqueles que lhe conferem um caráter individual, singular, independente e sem contato com as regiões vizinhas. Dessa forma, a Geografia seria prioritariamente um trabalho de identificação das regiões do Globo.

Max Sorre, nas décadas de 1940 e 1950, a partir dos escritos de La Blache, questionou o conceito de gêneros de vida e apresentou novas propostas de entendimento da categoria de análise região. O autor argumenta que, com a expansão da divisão social e territorial do trabalho, cada região tende a se especializar e depender de outras regiões:

Na França, já há muito tempo a camponesa não fia mais lã nem linho. E também não assa mais seu pão. Chegou, pois, um momento em que a diferenciação dos gêneros de vida, baseada na diferenciação profissional – poderíamos dizer, de bom grado, o desdobramento dos gêneros de vida, - traduz-se no empobrecimento das atividades do grupo, pelo menos em certo sentido. Ao mesmo tempo, o grupo perde algo de sua autonomia, torna-se mais dependente dos grupos que praticam atividades complementares. A própria noção de gêneros de vida se transforma (SORRE, 1984, p. 108).

Sorre retratou que a quebra dos gêneros de vida tradicionais ocorreu com a separação funcional e territorial dos grupos agrícola e industrial.

A atividade do grupo (região) não compreende mais a satisfação da totalidade de suas necessidades (alimentares, de instrumentos de trabalho e de abrigo, como o vestuário). Complementando ele indaga:

A extraordinária expansão da vida urbana é fenômeno característico de nossa época. Refletindo, perguntamos se esta mesma expressão – gêneros de vida – pode servir para designar, ao mesmo tempo, o comportamento de um clã de coletores ou caçadores nômades e o de cidadãos de um aglomerado de vários milhões de almas. Mas por que a substituíríamos no segundo caso? Trata-se sempre de atividades coletivas sobre as quais repousa a vida de um grupo. Mas é evidente que a noção não é mais idêntica à anterior. Nas disciplinas do homem, a linguagem não tem o rigor de uma álgebra: o conteúdo dos termos de seu vocabulário muda com o tempo, carregando-se de novos sentidos (SORRE, 1984, p.117).

Esses questionamentos de Sorre são embaixadores das propostas de trabalhos junto ao conceito “região” no período atual. Sua reformulação frente ao conceito “gêneros de vida” é a reformulação histórica do conceito “região”. A citação abaixo mostra o vislumbre que o autor já tinha de uma “*polarização em rede*” ocasionada pela intensificação da circulação e “mobilidade do ecúmeno”:

[...] as grandes áreas industriais são caracterizadas pela riqueza das redes que as serve. As facilidades de fornecimento de matérias-primas ou energia, as comodidades de escoamento dos produtos fabricados são condições indispensáveis para sua manutenção (SORRE, 1984, p. 115-116).

Na vertente dialético-materialista, a totalidade se impunha sobre a unidade, eliminando as possibilidades explicativas da escala regional, submetendo-a à escala planetária através de uma base teórica que não vislumbrava as singularidades e particularidades. Para compreensão dessa

análise, SILVEIRA (1997, p. 202) cita WHITEHEAD (1944, p. 20) que diz que “um simples fato isolado é mito primário que requer o pensamento finito, quer dizer, o pensamento incapaz de abraçar a totalidade”.

Na busca de reordenar a região enquanto conceito e categoria de análise geográfica no atual processo de globalização e universalização dos territórios mundiais, CASTRO (1997, p. 58) retrata que a “a reação romântica da corrente humanista trouxe um novo alento para as preocupações regionais, mas o dilema fundador de sua cientificidade não foi de todo resolvido”. Para Silveira (1997, p. 201),

[...] o debate foi orientado para um contraponto entre, de um lado, premissas do que poderia se chamar de epistemologia pós-moderna, que admite o fim da racionalidade totalizante e, de outro lado, correntes que indicam a totalidade concreta como a única forma de entender a realidade.

Diversas acepções do pós-modernismo rejeitam a ideia de totalidade porque ela representaria uma racionalidade superior e alheia ao empírico. Os pós-modernistas reivindicam uma desconstrução da epistemologia que valoriza a totalidade. A partir desse fim da racionalidade totalizante, a proposta é a valorização do empírico-individual; o individual, sendo a única coisa concreta, a totalidade deve ser entendida como abstrata: apenas o individual é possível ser apreendido, sendo o conhecimento científico somente apreendido a partir dele, e a totalidade não poderia, dessa forma, conduzir à realidade empírica, perdendo com isso o seu sentido.

Como nos apresenta Silveira (1997, p. 201),

[...] nessas concepções individualistas pós-modernas, os fatos, os sistemas parciais isolados, as facetas, as manifestações fenomênicas estão na realidade, preexistem à teoria e, portanto, são unidade da realidade e do conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento é sistemático, se faz em somatório, quer dizer, com um método de análise e de soma depois (KOSIK, 1989), tentando a conexão entre alguns elementos.

Nesses enfoques geográficos, o que acontece no lugar (“região”) pode ser explicado através dele mesmo, onde os fatores de demonstração se acham no próprio indivíduo. A especialização e a fragmentação da produção são vistas como a principal causa da caducidade da categoria “totalidade” e, portanto, a abordagem metodológica resulta fragmentada. É a consideração das relações entre lugares que permite sustentar esse individualismo metodológico. Com isso vimos uma volta ao que colocava Vidal de La Blache.

Esse pensamento ligado ao pós-modernismo dá especial ênfase à relação entre lugares a partir de conceitos relacionais e não de categorias abrangentes como aquela de totalidade. O todo desapareceu e o fragmento ocupa cena central. A totalidade passa a ser a soma desses fragmentos, e não é possível atingir seu conhecimento, porque o pensamento humano não pode abranger todos os indivíduos do espaço. Nessa concepção, a região não é um subespaço de um espaço total.

Para KOSIK (1989), esse mundo de partes isoladas, é um mundo da pseudoconcrecidade: os fatos podem aparecer como isolados, como independentes e absolutos; mas ultrapassando esse nível, chega-se até a realidade como totalidade concreta, na qual se dá a unidade do fenômeno e da essência. Silveira (1997, p. 203) reforça a crítica às postulações fragmentárias, dizendo que

[...] como a totalidade não é estática, é preciso desenvolver algumas questões sobre o processo de totalização. Sartre afirma que a primeira negação de negação aparece pela necessidade e assim vai se dando o processo de totalização. A necessidade é uma falta, uma carência, no interior dessa primeira totalidade. Esse movimento se dá num tempo que é o encontro do passado e do futuro, isto é, o presente como conjunto de possibilidades. A realização de uma dessas possibilidades da totalidade é o evento. Cada evento é uma totalidade parcial que, no processo de totalização, vai se fazendo o todo. Mas o evento não tem autonomia de significação, ele retira seu significado da trama. Portanto, a partir dessa concepção da realidade não é possível falar em fragmentação, senão

ao nível da aparência empírica. [...] Assim, o método não pretende conhecer todos os aspectos da realidade, atingir um quadro total, mas o que se busca é entender o evento como um momento do todo.

A diferença essencial dessa concepção é a noção de que o lugar (“região”) não é parte, e o mundo, o todo. A região não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, caracterizando um subespaço do espaço global. A região é o outro da totalidade, transformando-se numa totalidade parcial, estando ligado às outras totalidades parciais, via totalidade global

A totalidade se funcionaliza no evento. Essa função é, de início, limitada num lugar, no qual o evento se materializa. Mas, em sequência, o lugar fica total, porque na essência – e não na sua aparência – ele tem as conexões via totalidade com todos os outros lugares: “[...] consideramos que no lugar o todo se nega mas também se afirma cada vez mais, porque o lugar não é uma parte, é o todo mesmo concretado no local” (SILVEIRA, 1997, p. 205).

O pensamento dialético na última década tem negado a existência empírica do fragmento como independente, como parte isolada, mas reconhece o lugar, empiricamente, como funcionalização do todo. O lugar aparece como o outro da totalidade, porque é a materialização dos eventos de uma trama total. Os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferentes entre eles, e formam uma totalidade concreta, empírica. As funções dos lugares vão empiricizando a trama dos eventos que é a totalidade.

Alinhados cronologicamente, os eventos se sucedem uns aos outros. Contudo, eles não se dão isolados. Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Há eventos capazes de ter abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes. Podemos entender o evento como um nó, um lugar de encontro. Imagine-se, para ilustrar, a dimensão da quebra da safra de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo e seus relés no resto do mundo.

Assim, embora os eventos estejam ligados a uma estrutura única, eles não perdem sua individualidade no ato de sua materialização nos lugares. Eles contêm raridade nesse processo de totalização parcial. E o lugar se torna totalidade, mas uma totalidade parcial, incompleta, inacabada, pois a trama dos eventos não atinge sua completude no lugar, mas no mundo em movimento.

Nas palavras de SANTOS (2002, p. 155)

[...] a noção de escala do acontecer pode assim ser fundida com a noção de escala geográfica. Podemos admitir que cada combinação de eventos ao mesmo tempo cria um fenômeno unitário, unitariamente dotado de extensão e se impõe sobre uma área, necessária à sua atuação solidária. Vem daí o papel central que a noção de evento pode representar na contribuição da geografia à formulação de uma teoria social. É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.

Concluindo, como nos enfoca Silveira (1997, p. 208), “o evento é aqui entendido como a empiricização do tempo no espaço e deve permitir a compreensão profunda do lugar, via espaço global”.

3 Metodologia para o Estudo de uma Região Agrícola

Fragmento palpável, porém totalidade menor; são nas regiões onde se pode estar em contato direto com as partes dos objetos e ações em estudo. Em países de grandes proporções territoriais, ou países-continentes (LAMICQ, 1995), como o Brasil, os governantes e os planejadores das províncias as dividem em regiões administrativas. No caso do estado (província) de São Paulo se tem uma divisão geral⁵ em 15 (quinze) Regiões Administrativas.

⁵ Geral; generalizante, pois cada secretaria tem sua divisão específica, a partir de seu diagnóstico ou das forças políticas que dirigem sua atuação, que quase nunca coincide com a Divisão Geral.

Essas regiões são legais, ou seja, são criadas e normatizadas pelo poder público estadual. Comparando, por exemplo, as formatações desses fragmentos de território, vê-se para a província de São Paulo que as divisões regionais aplicadas para a execução das políticas públicas variam muito. Daí a dificuldade de tomar com rigidez uma base para estudo.

Assim, analisar a polarização exercida por uma cidade regional sobre seu entorno, respeitando de antemão, sem prioridades, todas as fronteiras “relativas” existentes de setor a setor, parece ser um bom começo. Essa abordagem se enquadra nas atuais configurações territoriais da produção e consumo globalizados

[...] com a tendência à passagem de uma polarização de tipo zona a uma polarização de tipo rede. [...] A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo comando sobre a porção de território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem; [...] exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus relés nos territórios diversos. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação (SANTOS, 2002, p. 271-273).

Tentando desvendar, por exemplo, as funcionalidades da Região de Araçatuba – oeste do estado de São Paulo - e a polarização e ligação que a cidade do mesmo nome apreende e realiza junto às localidades vizinhas no

atual período - o qual denominamos período técnico-científico-informacional - (SANTOS, 1994), partindo de uma abordagem histórico-territorial da região, será importante compreender quais os elos produtivos (econômicos), políticos, técnico-científicos, culturais que a porção territorial estudada mantém com o estado de São Paulo, com o Brasil e com o Mundo. Como a região e seu entorno se adequa à integração funcional e territorial das redes globais de produção, responsáveis pela intensificação das especializações locais e regionais? Qual sua configuração socioespacial interna na divisão territorial do trabalho estadual, nacional e mundial? Como se dão os comandos técnicos e políticos desencadeadores da atual configuração socioespacial em conexão às redes globais?

Assim, o aspecto principal a se analisar será o dos usos da estrutura fundiária direcionadora de funcionalidades para a atividade agrícola na região. Tendo no momento atual na região de Araçatuba a produção canavieira como principal atividade agrícola, busca-se entender como acontece a gestão e o planejamento da produção e industrialização desse produto nas esferas política, econômica, cultural e, principalmente, territorial. Resumindo, questiona-se: quais os elos da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, ou melhor, de seu circuito espacial de produção, ocorrem na Região de Araçatuba e quais as intensidades dos contatos e das relações mantidas com o restante do circuito espacial de produção global?

Esse mesmo tipo de análise pode ser realizado com a cadeia de produção da pecuária bovina de corte no setor agrário. A indústria do calçado infantil, que utiliza o couro – subproduto da pecuária bovina - então pertencente ao seu circuito espacial de produção, receberá o mesmo enfoque: de onde vêm as matérias-primas para a indústria calçadista? Como são manufaturados os calçados? (quais as tecnologias? Quais as relações trabalhistas exercidas? etc.); como são distribuídos? Quais os mercados consumidores?

Produtos “secundários” produzidos na região, como a soja, o milho, o amendoim e o algodão na agropecuária, e o vestuário na indústria, podem também servir de base para se entender o processo de produção, gestão e uso do território regional. Da análise de todas essas atividades, acredita-se poder captar as dinâmicas da infraestrutura (fixos) e dos fluxos de capitais, informações, conhecimentos científicos, políticas públicas e privadas

e de consumo material e imaterial ocorrentes na região. O que sai da região para o Mundo? O que entra do Mundo na Região?

Sendo assim, ao se restringir o estudo de um setor produtivo em uma região determinada (rígida) – erro que muitos cometem numa análise facilitada pelo método quantitativo do Positivismo – não se poderá captar nem o significado do setor produtivo - pois seu circuito espacial de produção ultrapassa a região – nem o significado da região, pois esta dificilmente se determina territorialmente para um único setor produtivo, ou melhor, somente para o espaço econômico.

Considerações Finais

Relatando que as construções teóricas e os esforços de planejamento têm sido orientados para o espaço econômico – é trabalhado o caso específico da teoria dos pólos de crescimento de François Perroux (1964) – Santos (2003) não exclui o fato de as empresas influenciarem o espaço banal⁶. A partir disso afirma (SANTOS, 2003, p. 168-169) a existência de

[...] uma grande diferença entre, de um lado medir inter-relações entre indústrias através, por exemplo, de matrizes insumo-produto, e de outro lado, considerar a relação entre uma dada estrutura de produção e outros elementos dos sistemas social e espacial. A abordagem insumo-produto [...] só ajuda a compreender relações entre empresas ‘modernas’, consideradas dinâmicas. Essa abordagem é limitada na medida em que é instrumento neutro ou independente de valores e não útil na construção de uma teoria espacial universalmente válida. [...] Devemos ao contrário, ir além e tentar analisar estruturas agregadas de produção como ‘elementos’

⁶ Espaço Banal é o espaço de todos, ou melhor, não somente o das relações econômicas modernas e hegemônicas, mas sim a junção deste com os circuitos inferiores da economia e suas inter-relações no cotidiano dos diferentes estratos sociais.

na elaboração de um sistema espacial, isto é, a projeção geográfica do sistema social em seu sentido mais amplo.

É desse viés teórico que se propõe partir!

BINI, Danton Leonel de Camargo. The concept of region for the study of rural areas. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 11, n. 11, p. 8 – 22, outubro, 2009.

Abstract: The knowledge of a productive activity in a region requires the study of its entire circuit of production space and infrastructure in the geographical area in a network within and outside the region under study. Making use of historical criticism of the concept of region, the work proposes a methodology for scientific research in the region of Araçatuba, located in the west of São Paulo state.

Key words: Region. Agricultural. Theory. Methodology.

REFERÊNCIAS

BLACHE, Paul Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **A mecanização na lavoura canavieira e suas implicações sócio-territoriais na região de Ribeirão Preto**. 2003. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). et al. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 56 – 63, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 49(3): 39-68, julho de 1987.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989.

LAMICQ, Helene. Os países-continentes. In: **O novo mapa do mundo: problemas geográficos de um mundo novo**. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). et al. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 399 – 403, 1995.

MUÑOZ, Carlos. Neoliberalismo e perspectivas das geoeconomias regionais. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). et al. **O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 23 – 32, 1997.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVEIRA, María Laura. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). et al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 201 – 209, 1997.

SORRE, Maximilien. **Max Sorre: geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

WHITEHEAD, Alfred. **Modos de Pensamento**. Buenos Aires. Losada, 1944.